

## DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL FOMENTADO PELA PARTICIPAÇÃO E ARTICULAÇÃO DE ATORES SOCIAIS

*REGIONAL AN LOCAL DEVELOPMENT PROMOTED BY SOCIAL ACTORS JOINT PARTICIPATION*

**Renata de Souza MARTINEZ**

Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca  
renata.s.martinez@hotmail.com

**Sheila Fernandes Pimenta e OLIVEIRA**

Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca  
sheila@facef.br

Recebido em 07/2013 – Aprovado em 12/2013

### **Resumo**

Nem sempre as iniciativas voltadas para o desenvolvimento local são capazes de ofertar ao município condições para que isso ocorra. Para isso, é relevante não sufocar as particularidades regionais e interagir de forma harmoniosa com as novas atividades econômicas; por isso, a participação e articulação de atores sociais com uma estratégia que leva em consideração as diversas dimensões de desenvolvimento. O intuito deste trabalho consiste em analisar o desenvolvimento regional e local fomentado pelos atores sociais e impactos na construção dos saberes. Para tanto, realiza-se um levantamento bibliográfico para a definição de conceitos, para contextualizar o estudo e, sobretudo, lançar uma visão crítica sobre a realidade. A natureza do estudo é qualitativa e busca compreender a atuação da comunidade local e seus atores sociais em prol do desenvolvimento. Dessa forma, a investigação é pautada em abordagens teórico-metodológicas e a análise permite observar a articulação social na promoção do desenvolvimento.

**Palavras-Chave:** Desenvolvimento; Desenvolvimento Regional; Desenvolvimento Local; Articulação; Atores Sociais.

**Abstract**

*Not always the initiatives for local development are able to offer to the municipality conditions for development. It is important to not suffocate regional particularities and interact harmoniously with the new economic activities; therefore participation and articulation of social actors with a strategy that takes various development dimensions. The purpose of this paper is to analyze regional and local fostered by social actors and impacts on development and construction of knowledge. The study presents a bibliographical research to define concepts, to contextualize the study and, above all, launch a critical view of reality. The nature of the study is qualitative and the objective is to understand the role of the local community and its social actors for development. Thus, research is guided by theoretical and methodological approaches to analysis and allows observing the social articulation in promoting development.*

**Keywords:** *Development; Regional Development; Local Development; articulation; Social actors.*

**1 INTRODUÇÃO**

O desenvolvimento regional é pauta central nas discussões das organizações e instituições, públicas ou privadas, principalmente pela sua importância nas transformações econômicas, políticas, humanas e sociais de uma região. Há grande preocupação dos atores, isto é, empresas, instituições, governo, pesquisadores e sociedade, que fazem parte desse processo de mudanças, em compreender e estimular o desenvolvimento.

Este trabalho é uma reflexão sobre o desenvolvimento de práticas participativas visando o desenvolvimento regional sob as diversas concepções que norteiam as discussões sobre a expressão desenvolvimento regional e local.

Diversos pesquisadores apresentam uma abordagem que vai desde a acumulação de

riqueza e crescimento até a introdução do desenvolvimento em âmbito local, enfatizando, a relevância da participação da sociedade civil e da articulação de atores sociais para as ações relacionadas com a promoção do desenvolvimento regional e local.

Bandeira (1999) relata que a trajetória desses esforços para promover a participação e articulação de atores sociais apresenta grandes dificuldades, devido às particularidades de cada região.

Portanto, buscam-se reflexões sobre como pode ser fortalecida a articulação de atores sociais e estimulada a participação da comunidade nas ações de promoção do desenvolvimento regional.

Destarte, as abordagens centradas no nível territorial de grandes regiões devem ser substituídas por iniciativas de abrangência sub-regional ou local, que possam ser melhor analisadas com base em diagnósticos mais precisos da situação e das potencialidades dessas áreas menores, cuja problemática tende a ser mais homogênea.

Cabe destacar que o registro da necessidade do aumento da participação da sociedade civil não se constitui em fato novo.

*“Era necessário aumentar o grau de participação das comunidades, dos vários grupos sociais, dos diferentes níveis de Governo, a fim de que possa haver maior mobilização de recursos para as soluções alternativas que são melhor conhecidas, em geral, pelos próprios grupos afetados (HADDAD, 1980, p. 14).”*

Na atualidade, essa preocupação se reforça e se renova. São múltiplos os argumentos que sustentam a necessidade de uma participação ampla e efetiva da sociedade civil na formulação

e implementação das ações de governo para a construção de uma sociedade e região desenvolvidas, com ênfase em suas características locais.

## 1 A PARTICIPAÇÃO E ARTICULAÇÃO DE ATORES SOCIAIS

---

O desenvolvimento é um processo complexo e almejado historicamente por todas as nações do mundo, cujas interfaces demandam, para sua devida compreensão e implementação, significativa mudança na cultura das sociedades.

Para Bandeira (1999, p. 10), “a vitalidade de uma sociedade civil atuante na vida pública é considerada como um argumento para a boa governança e para o desenvolvimento, fortalecendo, com isso, a competitividade sistêmica de uma região”.

A participação da comunidade na formulação e implementação do desenvolvimento regional e local, ressalta a relevância do seu papel no processo de formação e consolidação das identidades regionais, facilitando a construção de conceitos essenciais para o desenvolvimento.

A falta de participação da comunidade é apontada, na literatura produzida pelas principais instituições internacionais da área de fomento do desenvolvimento, como uma das principais causas do fracasso de políticas, programas e projetos de diferentes tipos que acarretam o desenvolvimento.

Segundo essa avaliação, a ausência de uma interação suficiente com os segmentos relevantes da sociedade tende a fazer que muitas das ações públicas sejam mal valoradas, tornando-se incapazes de alcançar integralmente os objetivos propostos.

Observa-se também que a participação dos diferentes segmentos da sociedade, na discussão dos problemas locais, é funcional para a consolidação de uma identidade regional, que existe não devido a uma determinada conjugação de fatores e circunstâncias, mas sim, como algo que é construído historicamente.

*“Isso não significa que o sucesso de uma região depende da sua história, o que levaria a conclusão errônea de que as políticas de intervenção são inúteis em áreas que já não sejam uma promessa econômica. Nós acreditamos que é possível estabelecer um ambiente produtivo pela estimulação das forças locais a criar um contexto institucional local que seja provedor de externalidades comuns a todas as empresas (BIANCHI, 1996, p. 14).”*

Contudo, é relevante analisar o desenvolvimento regional, sob diversos aspectos com a perspectiva da criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento, com a interação dos atores sociais e do poder público.

Como registra Boisier:

*“A planificação do desenvolvimento regional é, antes de mais nada, uma atividade societária, visto ser uma responsabilidade compartilhada por vários atores sociais: o estado, evidentemente, por razões várias e conhecidas, e a própria região, enquanto comunidade regional, polifacética, contraditória e difusa, por vezes, mas comunidade, enfim, locacionalmente específica e diferenciada. Sem a participação da região como um verdadeiro ente social, o planejamento regional consiste apenas — como mostra a experiência histórica — em um procedimento de cima para baixo para distribuir recursos, financeiros ou não, entre espaços erroneamente chamados de regiões (1995, p. 47- 48).”*

Considera-se funcional para a promoção do desenvolvimento regional a presença de uma identidade regional que forme consensos básicos entre os atores sociais, constituindo com isso, requisitos básicos da competitividade sistêmica.

Assim, para Constain, a característica de uma região está:

*“na integração social adequada, ou seja, a integração, a identidade e o compromisso convergente dos atores básicos do desenvolvimento regional, em função de objetivos possíveis de serem alcançados, que são explicitados em uma estratégia coerente de desenvolvimento regional, esteja ou não escrita em um Plano livro (1994, p. 38).”*

Deve-se considerar, no entanto, que existe o risco de que a exacerbação de uma identidade regional sirva de base para o surgimento de formas radicais de regionalismo, gerando atitudes e comportamentos políticos disfuncionais para a promoção do desenvolvimento.

*“A identidade regional, ou sentimento de pertinência à região, não tem sentido enquanto fonte de atitudes separatistas, independentistas, de isolamento cultural ou de autarquia, mas sim enquanto algo funcional para a formação dos consensos básicos entre os atores das regiões e a nação, para viabilizar seu desenvolvimento (CONSTAÍN, 1994, p.37).”*

O desenvolvimento local, além de favorecer os aspectos produtivos, cogita a inserção de diferentes dimensões. Muitas vezes, é alavancado por políticas públicas criadas pelo município, exigindo da governança local maior flexibilidade

como também a participação e articulação dos atores sociais envolvidos no contexto.

## 2 DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL

De acordo com as leituras no decorrer deste trabalho, até a década de 1940, pode-se dizer que a teoria do desenvolvimento estava restrita ao estudo das desigualdades existentes entre países ricos e pobres, às guerras destrutivas, às instabilidades políticas, à intolerância religiosa e à teoria da localização das atividades econômicas.

Seguindo as formulações de Schumpeter (1960), foi introduzida a variável inovação tecnológica como o elemento central na dinâmica econômica e no crescimento.

Neste sentido, Perroux (1967) desenvolveu, ao longo das décadas de 1940 e 1950, a noção de polo de crescimento ou desenvolvimento, explicando as razões do processo de concentração e o papel das empresas líderes, indústrias motrizes e chaves (capazes de gerar efeitos de encadeamento e integração), no processo de crescimento regional ou local.

De acordo com Borges (2007), em meados dos anos 60, a concepção de que o crescimento econômico era sinal de desenvolvimento ou bem-estar da população foi questionada. Havia uma crítica quanto à estratégia de desenvolvimento adotada, principalmente no que se refere ao ônus social e quanto à penetração de capital internacional, fazendo com que a concentração de renda se acentuasse cada vez mais.

Buscando explicar a natureza desigual do desenvolvimento econômico, Myrdal (1972) e Hirshmann (1958) demonstraram a tendência da desigualdade aumentar por processos de polarização dos fluxos de informação, conhecimento e investimentos que modelam a dinâmica territorial.

Ainda, na mesma linha, em 1950, a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) procurou explicar o atraso dos países da América Latina pela deterioração das relações de troca, pelos menores ganhos de produtividade e menor força da classe trabalhadora, defendendo o planejamento e a industrialização como forma de racionalizar a ação do setor público e promover o crescimento econômico.

As mudanças do paradigma tecnológico e as alterações estruturais decorrentes de uma nova onda tecnológica e seus desdobramentos permitiram resgatar a tecnologia como variável central no desenvolvimento econômico e, por consequência, no desenvolvimento regional ou local.

Para Marshall,

*“O elemento tempo é uma das primeiras causas daquelas dificuldades nas investigações econômicas que tornam necessário ao homem, com suas limitadas faculdades, avançar senão passo a passo; decompondo uma questão complexa, estudando um aspecto de cada vez para, finalmente, combinar as soluções parciais numa solução mais ou menos completa do problema total. Decompondo-o, separa provisoriamente, debaixo da condição Ceteris paribus, as causas perturbadoras... Quanto mais a questão é assim reduzida, mais exatamente pode-se tratá-la. Cada tratamento exato e seguro de uma reduzida questão ajuda mais a elucidar os problemas maiores do que seria possível de outra forma. A cada passo, mais coisas podem ser consideradas, as discussões teóricas se podem tornar menos abstratas, as discussões práticas menos inexatas do que era possível numa fase anterior (1995, p. 28).”*

Por outro lado, o esforço interdisciplinar na análise do desenvolvimento regional demonstrou a importância de variáveis ou aspectos não tangíveis, fundamentados na cultura local, no comportamento da sociedade civil, na organização institucional e produtiva, nas novas formas de competição e cooperação como elementos centrais na explicação do desenvolvimento regional ou local.

Para Chiasson (2003), a necessidade de investir constantemente em inovação implica, necessariamente, promover processos que estimulem o aprendizado, a capacitação e a acumulação contínua de conhecimentos.

Chiasson (2003) diz que o desenvolvimento ocorre quando os indivíduos conseguem satisfazer suas necessidades: o acesso à educação, saúde, condições de moradia, água, entre outros.

Portanto, a teoria citada anteriormente, parte do pressuposto de que não há um único caminho para o desenvolvimento, e sim alternativas diversas em termos de processos produtivos, tanto da economia quanto da sociedade.

Joyal (2002) afirma que o desenvolvimento local nada mais é do que uma estratégia em que os representantes locais de todos os setores (privado, público ou associativos) buscam trabalhar em torno da valorização dos recursos humanos, técnicos e financeiros de domínio de uma coletividade, e o objetivo é o crescimento da economia local. Pode-se destacar o caráter endógeno, a importância da participação popular e a valorização das potencialidades locais.

Para Chiasson (Apud BORGES, 2007, p.16), “o trabalho elaborado a partir da comunidade, incentivando um desenvolvimento mais localizado, influencia para a dinamicidade do aprendizado dos atores envolvidos no processo”.

Segundo Albuquerque (Apud BORGES, 2007, p.29), “o desenvolvimento local surge também das próprias iniciativas locais, buscando alternativas frente à ruptura de modelos pré-estabelecidos, na formulação de políticas condizentes com o consenso dos atores e na busca de uma analogia própria para cada território”.

Em um estudo, Amaral Filho (Apud BORGES, 2007, p. 29) diz que “as teorias que envolveram o estudo do desenvolvimento local nos últimos anos, sofreram modificações devido ao declínio econômico das grandes regiões, consideradas como referências industriais”.

É preciso entender o que vem a ser desenvolvimento local, suas características e conceitos e ainda, entender o seu caráter endógeno e suas raízes.

Ávila (2000, p. 82-83) coloca que “o caráter endógeno do desenvolvimento local é que distingue fundamentalmente todas as demais propostas e estratégias de desenvolvimento voltados às comunidades-localidades até agora inventadas e reinventadas”.

Um dos desafios do desenvolvimento é entender seu significado e o que ele representa para as novas correntes do estudo do desenvolvimento.

Para Esteves (2000, p. 54), o termo desenvolvimento “ocupa o centro de uma constelação semântica; não há nenhum outro conceito no pensamento moderno que tenha influência comparável sobre a maneira de pensar e o comportamento humano”.

Diante de várias discussões, como se pode definir desenvolvimento local?

Para Martins (2002, p. 51), o desenvolvimento local “é um evento sui generis, resultante do pensamento e da ação à escala humana, que confrontam o desafio de enfrentar problemas

básicos e alcançar níveis elementares e auto-referenciados de vida na comunidade”.

Nota-se que o desenvolvimento local nasce com uma proposta para incentivar o desenvolvimento econômico, com base endógena e políticas que atendam às especificidades locais, às diversas necessidades, buscando diminuir as desigualdades sociais que se arrastam por diversos anos. Vislumbra trabalhar ações participativas que sejam ao mesmo tempo integradas e sistêmicas, ou seja, que atendam aos interesses coletivos e individuais.

Quanto ao foco econômico, obtido da Europa, mais especificamente na Itália, afirma-se que

*“parece pertinente ultrapassar as proposições de políticas públicas que se fundamentam na eleição de atividades ou setores econômicos nos quais o desenvolvimento possa ser impulsionado. As dimensões territoriais, cidadãos e políticas nas quais se fundamentam o modelo de desenvolvimento da Terceira Itália demonstram que as políticas públicas inovadoras podem contemplar as regiões de modo mais abrangente, incorporando amplos segmentos populacionais nas estratégias de desenvolvimento local (COCCO; GALVÃO; SILVA, 1999, p. 11).”*

Nesse contexto, o desenvolvimento local deve ser considerado como incentivo para o desenvolvimento econômico, baseando-se em políticas e participações sociais que atendam as especificidades de cada local em suas diversas dimensões.

O processo de desenvolvimento local é, fundamentalmente, uma construção política que reclama modificações em um modelo atual de gestão local e em concepção e comportamento da própria sociedade local.

Discutindo ainda sobre o desenvolvimento, salienta-se:

*“um processo de crescimento econômico e de mudanças estruturais que conduz a um melhoria em nível de vida da população local, em que se podem identificar três dimensões: econômica, em que os empresários locais usam sua capacidade para organizar os fatores produtivos locais com nível de produtividade suficiente para serem competitivos no mercado; outra sociocultural, em que os valores e as instituições servem de base no processo de desenvolvimento; e finalmente, uma dimensão político-administrativa em que as políticas territoriais permitem criar um entorno econômico local favorável, protegê-lo de interferências externas e impulsionar o desenvolvimento local (VAZQUEZ-BARQUERO Apud BORGES, 2007, p. 34).”*

O que não se pode ignorar é que os modelos de desenvolvimento considerados “ideais” e utilizados em determinadas regiões possuem algumas características peculiares que impedem o mesmo sucesso em outros ambientes, por não abordar questões culturais e históricas relevantes de uma diferente localidade, ou por não considerar que os efeitos da globalização impactam de maneiras distintas em diferentes locais.

Daí a necessidade de uma política pública local que enfatize as particularidades locais e regionais, com novas iniciativas locais que proporcionem o aparecimento de um processo diferenciado de desenvolvimento diante do ambiente globalizado.

De acordo com Bocayuva (Apud BORGES, 2007, p. 16), as propostas de desenvolvimento local devem “demonstrar a observação de trajetórias vitoriosas de construção de estratégias adaptativas e de resistência no plano local, pois aparece um vetor de formulação de novas referências de construção para políticas”.

Outro ponto fundamental para o desenvolvimento, segundo Rolnik e Nakato (2001), é a participação de diversos atores sociais em projetos inovadores e arrojados e ainda nesse contexto, a inclusão de políticas para atração de novos empreendimentos locais.

Surge, então, uma nova concepção de desenvolvimento com ênfase em alguns componentes socioculturais, onde as relações entre os atores passam a ser mais valorizadas. O processo desenvolvimentista, segundo Amaral Filho (Apud SILVA, 2009, p. 17), apresenta variações quanto à forma e à composição e com isso,

*“devem variar de região ou de local para local, e dependem das estruturas socioeconômicas e culturais, institucionais e político-decisórias prevaletentes nos respectivos espaço. Embora o universo de valores, da região ou do local, deva permanecer receptivo às novas tendências e aos novos paradigmas de desenvolvimento, esse mesmo universo não deve ser cooptado por caricaturas ou por imitações de modelos de outras regiões.”*

Nessa visão, o desenvolvimento local surge por meio de explosões de iniciativas locais, buscando novas alternativas frente à ruptura de modelos ineficientes e ineficazes através da formulação de políticas condizentes com o consenso dos atores, sem descaracterizar os aspectos locais e contemplando o processo histórico regional.

Lubambo (Apud SILVA, 2009, p. 19) teoriza que a qualidade do desenvolvimento está atrelada à qualidade da gestão pública e a fatores estratégicos de provimento de serviços. Ao contemplar o desenvolvimento sob essa ótica, observa-se que a participação de atores públicos, privados e associativos são partes integradoras na

busca da valorização de recursos em prol do processo de desenvolvimento.

Fundamental considerar que as decisões e as ações desses atores devem ter respaldo de cunho social, econômico, educacional, ambiental e também político-institucional, sendo a junção de todas relevantes no processo do desenvolvimento local, variando seu grau de região para região, para não imprimir graves danos à sociedade, pois o crescimento econômico é necessário, mas não fator exclusivo para que ocorra o desenvolvimento. Diante desse contexto, resgata-se a discussão de que crescimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento econômico, visto que pode haver ocorrência do primeiro sem a ocorrência simultânea do segundo.

Há fatores internos e externos que influenciam, positivamente ou não no desenvolvimento local e regional. Como fatores externos, citam-se os impactos da globalização e as mudanças tecnológicas. Quanto aos internos, os agentes e/ou protagonistas locais, direcionados pela sua cultura e identidade local.

Furtado (1964, p. 64) destaca que o “desenvolvimento não depende apenas da acumulação, mas também da força dinâmica que surge nas sociedades, sob a forma de impulso para a melhoria das condições de vida”.

Nota-se o surgimento de uma sociedade que assume uma postura de cobrança de responsabilidade social, com vistas a contribuir para o desenvolvimento econômico.

Vieira (1977) destaca a importância de discutir a complexidade dos conceitos ligados ao desenvolvimento e às polêmicas que os diferentes critérios suscitam, como a escolha do critério de desenvolvimento pela exploração dos recursos naturais, questionando tal critério como forma de assegurar a empregabilidade.

O desenvolvimento deve ser visto como um processo complexo de mudanças e transformações, com dimensões econômica, política e social, desde que transformado em níveis de satisfação das mais diversas necessidades da sociedade.

Diante das discussões sobre a distinção entre conceitos de desenvolvimento, Oliveira (2002, p.38) relata que “muitos autores ainda atribuem apenas os incrementos constantes no nível de renda como condição para se chegar ao desenvolvimento, sem, no entanto, se preocupar como tais incrementos são distribuídos”.

Portanto, demanda um ritmo de crescimento econômico contínuo e superior ao crescimento da população.

Milone (Apud OLIVEIRA, 2002) mostra que, para identificar a ocorrência de desenvolvimento em um determinada região, deve-se observar a existência de variação positiva de crescimento econômico, medidos pelos indicadores de renda, renda per capita, PIB e PIB per capita, além de medir também a redução dos níveis de pobreza, desemprego, desigualdade, melhoria dos níveis de saúde, nutrição, educação, moradia e transporte.

Entretanto, é essencial conhecer como as variações do crescimento são distribuídas entre a população, compreendendo assim o desenvolvimento como resultado do processo de crescimento, onde sua solidificação se dá ao atingir o crescimento autosustentado com ampliação regional da qualidade de vida, e não de forma concentrada em poucos, e com o crescimento fruto de investimentos em habitação, educação, dentre outros fatores que contribuem para melhorar as condições de vida da sociedade presente (SOUZA, 1993).

Segundo Deluqui (2007), para promover o desenvolvimento básico de qualquer região, é

preciso aumentar os quatro tipos de “capital” – a renda, o empresarial, o humano e o social, e conservar ainda o quinto tipo de capital: o capital natural.

Portanto, a discussão de políticas de desenvolvimento inclui discutir políticas de distribuição de renda, promoção de saúde, educação, meio ambiente, transporte, lazer, dentre outras dimensões que afetam a qualidade de vida da sociedade das diversas localidades.

Assim, sob o contexto de desenvolvimento local, é preciso ponderar os aspectos econômicos, de forma a nele incluir os aspectos sociais, culturais, ambientais, como também os elementos da responsabilidade social.

A globalização, muitas vezes, apresenta resultados com ênfase voltada exclusivamente ao crescimento econômico, o que independe de criar ou não maiores desigualdades sociais e regionais, de manter o poder, a capacitação e o conhecimento em níveis fortemente concentrados e a renda nas mãos de poucos.

Martinelli e Joyal (2004, p.2) retomam que, apesar da globalização fortalecer estratégias que tornam comunidades, regiões e países mais competitivos, o resultado pode levar a um visão distorcida de desenvolvimento local.

Para Lopes (2002, p.16), a globalização negligencia a ética e os valores e não leva em consideração as pessoas, e o desenvolvimento local ou regional tem que ser o objetivo no conjunto dos valores humanos, para que assim, possa “orientar a globalização para o aproveitamento dos recursos endógenos; para ter presentes as pessoas”.

Nesse contexto, inserir qualidade de vida à sociedade é primordial para a ocorrência do desenvolvimento local, sendo que essa qualidade deve incluir um conjunto de ofertas de infraestrutura, urbana, física e social, para o bem-

estar da comunidade e principalmente para possibilitar a capacidade de consumo a ela, imprimindo sustentabilidade à economia local. Com isso, é necessário trabalhar o local voltado para o global, inibindo pressões impostas de cima pra baixo e com a pretensão de que globalização e crescimento econômico passem a ser instrumentos do desenvolvimento local ou regional.

Franco (2006) destaca que o desenvolvimento local dependerá cada vez mais de desenvolvimento das unidades menores.

Para isso, é essencial que a sociedade, as lideranças da localidade, empresários e políticos trabalhem integrados em suas atividades, pois estes são considerados agentes e devem ser os protagonistas do desenvolvimento regional.

Dentro da complexidade do assunto abordado, para que ocorra o desenvolvimento local, é relevante a ocorrência do desenvolvimento em suas diversas dimensões e para que atenda a comunidade local é primordial considerar dentre os elementos-chaves, o desenvolvimento econômico local, o social local ambiental, etc.

De acordo com Martinelli e Joyal (2004), o desenvolvimento econômico local estimula o crescimento e gera empregos, melhorando a qualidade de vida. Para Arantes (2004), o desenvolvimento social local cria um viés com a revalorização de ativos culturais pelo ponto de vista econômico. Já o desenvolvimento ambiental está relacionado à busca do equilíbrio entre a atividade produtiva, comercial e o ambiente social, onde se produz e se atua, criando responsabilidade das empresas para com os agentes envolvidos.

Com o envolvimento das empresas, surgem os novos empreendimentos. Mediante a inovação, é possível criar novos padrões de aprendizagem e novos mercados, dando lugar a uma relação de

ciclos de crescimento. O surgimento de inovações provoca impactos nos diversos setores e o desenvolvimento depende dessa capacidade dos atores envolvidos perceberem as oportunidades e promoverem o desenvolvimento local.

Promover o desenvolvimento, sobretudo pelas vias de um processo democrático, requer grande habilidade política dos líderes da classe dirigente.

Trata-se de um processo complexo cujas interfaces demandam, para sua devida compreensão e implementação, significativa mudança na cultura das sociedades.

Para Furtado,

*“a ideia de desenvolvimento está no centro da visão de mundo que prevalece na época atual. A partir dela o homem é visto como um fator de transformação, tanto no contexto social e ecológico em que está inserido como de si mesmo. (...) Uma vez a ideia de desenvolvimento refere-se diretamente à realização das potencialidades do homem, é natural que ela contenha, ainda que apenas implicitamente, uma mensagem de sentido positivo. As sociedades são consideradas desenvolvidas na medida em que nelas o homem mais cabalmente logra satisfazer suas necessidades, manifestar suas aspirações e exercer seu gênio criativo (FURTADO, 1984, p. 105).”*

Contudo, como cita Furtado (1984), podemos entender o desenvolvimento como um processo político de construção e participação cidadã, sendo ainda um processo de transformação que se materializa no território, ou seja, na cidade e promovê-lo requer manter a união e salvaguardar as instituições, logo se trata de um processo político-institucional. Para Furtado (1984) a participação política é essencial para a realização do homem, pois numa sociedade democrática impedir a participação política do cidadão é ato de castração dos direitos da cidadania.

A cidade é um organismo vivo, dinâmico, cujo desenvolvimento produz sem margem de dúvida tensões e conflitos. A cidade é um território político onde os grupos econômicos e sociais possuem diferentes orientações e interesses.

Daí o esforço de participação conjunta do governo local, agência de desenvolvimento, universidades, associação de classes, instituições de fomento entre outros. A construção de um plano de desenvolvimento local capaz de articular e mobilizar atores envolvidos nesse processo, ou seja, governo local com a sociedade civil torna-se cabal para a promoção do desenvolvimento.

Outro importante segmento da sociedade civil é aquele constituído pelos atores corporativos (empresários, sindicatos e etc.), os quais devem fazer-se presentes na construção do projeto de cidade como na promoção do desenvolvimento econômico e social local.

*“O tema desenvolvimento local ganha importância no cenário de redemocratização do país como uma alternativa de intervenção articulada de novos atores sociais e políticos na reorientação da ação do Estado, no sentido de atender aos objetivos de construção da cidadania e da melhoria da qualidade de vida dos brasileiros. Nesse sentido, coloca-se como um novo patamar de um processo de lutas sociais. É importante identificar o município como essa unidade política que atua sobre uma base territorial por conta da questão da governabilidade. Um projeto de desenvolvimento local precisa se apoiar nas iniciativas da sociedade civil, mas necessita do estímulo e da articulação dos governos locais para se viabilizar (BAVA, 1996, p. 58).”*

Furtado (1984) relata também a importância do papel desempenhado pelas universidades na vida social, ressaltando que a melhoria das condições de vida da população depende do contato direto com a realidade social em todos os aspectos.

## CONCLUSÃO

---

Devemos contemplar o desenvolvimento considerando a participação dos representantes locais do setor público, privado e associativo na busca da valorização de recursos com o objetivo de promover o território.

Portanto, pensar em desenvolvimento requer pensar em ousadia, inovações e criatividade, porém de forma complementar e participativa.

À medida que surgem novas vocações e como isso novas demandas, o envolvimento da administração pública local e a articulação entre o público e o privado cresce notoriamente.

Dessa forma, neste trabalho, o conceito de desenvolvimento local refere-se à necessidade de mudanças organizacionais e quebra de paradigmas, onde devemos pensar em rupturas com situações anteriores, gerir e animar o processo de mudança e introduzir uma administração participativa. Neste sentido, alguns instrumentos para o desenvolvimento desta “cultura de participação” consiste na inovação tecnológica, responsabilidade social, sustentabilidade e outros. É preciso que haja liderança política e participação de atores representativos da sociedade civil envolvidos e integrados na formulação de projetos fomentadores do desenvolvimento local.

## REFERÊNCIAS

---

ARANTES, Antônio. Cultura e territorialidade em políticas sociais. In: Territórios em movimento. Cultura e Identidade como estratégia de inserção competitiva. LAGES, V. BRAGA, C. MORELLI, G.. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Brasília, DF: SEBRAE, 2004. Disponível em <[http://www.bibliotecasebrae.com.br/bds/BDS.nsf/E1C3CE6A43DBDB3203256FD6004907B7/\\$File/NT000A61A.W.pdf](http://www.bibliotecasebrae.com.br/bds/BDS.nsf/E1C3CE6A43DBDB3203256FD6004907B7/$File/NT000A61A.W.pdf)>. Acesso em 06/10/2009.

ÁVILA, V. F. Formação Educacional em Desenvolvimento Local: relato de estudo em grupo e análise de conceitos. Campo Grande, UCDB, 2000.

BANDEIRA, Pedro. Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional. Rio de Janeiro, IPEA, 1999. (Texto para discussão nº 630)

BAVA, Silvio Cássia. Desenvolvimento local uma alternativa para a crise social? São Paulo: Revista São Paulo em Perspectiva: Fundação SEADE, 10 (3) 1996.

BIANCHI, Patrizio. Nuevo enfoque en el diseño de políticas para las pymes: aprendiendo de la experiencia europea. Buenos Aires, CEPAL, 1996. (Documento de trabajo, nº 72).

BOISIER, Sergio. Centralización y descentralización territorial en el proceso decisório del sector publico.— Santiago do Chile: ILPES/CEPAL, 1995. (Documento CPRD—95).

BORGES, C. M. Desenvolvimento Local e avaliação de Políticas Públicas: análise da viabilidade para construção de um índice de desenvolvimento local para o município de São José do Rio Preto. Dissertação (Mestrado em Administração de Organizações)- Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 2007.

BUARQUE, S. C. Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento. Rio de Janeiro. Garamond, 2004.

CEPAL. Estudio economico de América Latina. New York: ONU, 1950.

CHIASSON, G. Territories and Actors in Local Development: New Locus of Democracy, Canadian Journal of Political Science – Revue Canadienne de Science Politique, n. 1, v. 36, pp. 214-5, 2003.

COCCO, G.; GALVÃO, A. P.; SILVA, M. C. P. Desenvolvimento local e espaço público na Terceira Itália: questões para a realidade brasileira. In COCCO, G.; URANI, A. GALVÃO, A. P. (Orgs). Empresários e empregos nos territórios produtivos. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

CONSTAÍN, Felipe. *Competitividad Internacional de Regiones.*— Santiago do Chile: ILPES/CEPAL, 1994. (Série Ensaio, Documento 94/22).

DELUQUI, Monica. Nº 11 desenvolvimento – um novo olhar. In: *Informativos Cultura e Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: <<http://www.fatorbrasil.org/node/45>>. Acesso em 10/10/2009.

ESTEVES, G. Desenvolvimento. In: SACHA, W. *Dicionário do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 2000.

FRANCO, Augusto. O desenvolvimento local e o governo atual. *Carta Capital Social* 102. 2006. Disponível em: <http://augustodefranco.locaweb.com.br/index.php>. Acesso em: 9 out. 2009.

FURTADO, C. *Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise*. Paz e Terra, RJ. 1984.

FURTADO, C. *Dialética do Desenvolvimento*. Fundo de Cultura, RJ. 1964.

HADDAD, Paulo Roberto. *Participação, justiça social e planejamento.*—Rio de Janeiro: Zahar Editora; 1980.

JOYAL, A. *Le Développement Local: comment stimuler l'économie des regions en difficulté*. Diagnostic, Les Presses de l'Université Laval, 2002.

LOPES, Antonio Simões. *Globalização e desenvolvimento regional. Gestão e desenvolvimento*, Lisboa, n. 11, p. 9-25, 2002.

MARSHALL, Neill, WOOD, Peter. *Services & Space: key aspects of urban and regional development*. London: Loughman, 1995.

MARTINELLI, Dante Pinheiro; JOYAL, André. *Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas*. Barueri: Manole, 2004.

MARTINS, G. I. V.; MARTINS, C. I. D. *Desenvolvimento Local: da teoria à pratica*. Cap. VII In: MARQUES, H. R.; RICCA, D.; FIGUEIREDO, G.P.; MARTÍN, J. C. (Org). *Desenvolvimento local em Mato Grosso do Sul: reflexão e perspectiva*. Campo Grande: UCDB, 2001.

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. *Revista da FAE, Curitiba*, v.5, n.2, p. 37-48, maio/agosto. 2002.

PERROUX, François. *A economia do século XX*. Lisboa: Herder, 1967. *Revista FAE*, v.5, n.2, p. 37-48, 2002.

ROLNIK, R.; NAKATO, K. Velhas questões, novos desafios, *Cadernos Le Monde Diplomatique*, jan. 2001.

SCHUMPETER, Joseph. *Teoria do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1960.

SILVA, Giuliano Alves Borges e. *Desenvolvimento local e gestão municipal: um estudo sobre as políticas para atração de empresas em município de Araxá-MG*. Ribeirão Preto, 2009. 164p. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo.

SOUZA, C. "Estado do Campo da pesquisa em Políticas Públicas no Brasil". *RBCS*. Vol. 18, no. 51. Fevereiro de 2003.

SOUZA, N. J. *Desenvolvimento econômico*. São Paulo: Atlas, 1993 University Press, 1958.

VIEIRA, Liszt. *Cidadania e controle social*. In: PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; GRAU, Nuria Cunill. *O público não Estatal na Reforma do Estado*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.